

Cimeira dos «cinco»

A fundamentação de uma nova estratégia

É uma revisão que deve ir tão fundo, a ponto de interrogar se o «movimento democrático e anti-*'apartheid'* na África do Sul», como lhe chamou Samora Machel, é um movimento de libertação no sentido clássico. O facto de o comunicado final dos «cinco», fugindo mais uma vez aos falsos pudores a que nos habituámos em África, ter nomeado essa entidade política reconhecida pela ONU por República da África do Sul, é quanto a nós um indício claro de uma resposta negativa a essa questão.

ARMANDO SOARES*

O ambiente que reinou em Maputo durante a cimeira extraordinária dos «cinco», a 27 e 28 de Abril, poderia parecer-se com tudo, menos com o pranto de ilusões perdidas que muitos talvez esperassem.

A vivacidade do anfitrião, o presidente Samora Machel, terá contribuído enormemente para isso. Mas os corais de vitória, que deram um toque de exotismo à conferência, festejavam uma mudança positiva de que os discursos proferidos deram uma aguda percepção, em vez de serem cortina de fumo a esconder derrotas inconfessadas.

A cimeira tinha um único ponto na agenda: a situação na África Austral. O «espanto» causado por esse mundo fora, sobretudo pelo acordo de Nkomati, justificava-a plenamente aos olhos dos dirigentes dos «cinco». Mas, em vez de a resumirem a um folclore unitário — aliás redundante, sabido como o processo de busca da paz é fruto de uma coordenação permanente do grupo — a cimeira deu uma preciosa contribuição teórica à compreensão da luta que levou à queda do império colonial português e que, quem sabe se emprestando crédito à teoria do dominó, faz entrever o desaparecimento do sistema de *'apartheid'*.

Se a reunião de Maputo teve, de facto, algo de diferente do que se tornou praxe nas reuniões internacionais, é que não foi feita de fórmulas consagradas. A sensação que se experimentou é que falava quem tem consciência de estar na crista da vaga histórica contemporânea da África e não funcionários internacionais para quem uma arrebicada resolução é tanto melhor quanto melhor servir... para copiar a próxima, sobre o mesmo assunto.

As surpresas não terão, de facto, acabado para aqueles

a quem o acordo de Nkomati e todo o processo de desanuviamiento na região embaralhou. Depois de se ter assente, para não fugir aos esquemas consagrados, numa capitulação perante a ameaça de um adversário muitas vezes mais poderoso — e numa viragem ideológica — eis que o presidente Machel vem afirmar, num discurso de uma coerência límpida da primeira à última linha, que o acordo de Nkomati mais não é que a aplicação do princípio da paz, «indissociável da política socialista, não o produto de circunstâncias conjunturais ou de táticas dilatórias».

A coerência do discurso de Machel assenta na recusa de dicotomia entre a paz e a guerra defensiva — incluindo a sua variante de guerra de libertação nacional. Se a guerra — segundo a lógica do discurso de Machel — foi imposta a Moçambique e Angola, então é natural que esses países recorram «à força da diplomacia para impor o diálogo e a negociação, mesmo que o inimigo persista no recurso à violência».

Correlação de forças

Para Machel a situação actual é produto de uma alteração profunda da correlação de forças na África Austral que «fez recuar aqueles que fazem do racismo um valor institucional, do belicismo, do colonialismo e do expansionismo numa estratégia». Dai se afirmar convicto de que «passos importantes foram dados para acelerar o processo de independência da Namíbia e para aprofundar a luta democrática e anti-racista do povo sul-africano».

Como — perguntar-se-ão os mais cépticos — se o ANC e a SWAPO viram restringidas as suas actividades em ter-

ritório moçambicano e angolano, em virtude dos acordos de Nkomati e de Lusaca?

Ninguém ousou até agora contestar abertamente Angola e Moçambique o direito de negociar a paz. Mas a ideia de que o desanuiamento na África Austral se faz em detrimento da SWAPO e do ANC está subjacente ao pensamento daqueles que consideram os acordos de Lusaca e Nkomati uma capitulação, ou ainda «um travão à expansão do comunismo» na região.

Mas, se as residências de exilados do ANC na Matola e nos subúrbios de Maputo justificassem, enquanto alvos militares, os aparatosos assaltos a que o exército sul-africano nos habituou nos últimos anos, poder-se-ia dizer com propriedade que o ANC vem fazendo uma luta armada de libertação nacional?

Na floresta, não no exílio

O verdadeiro objectivo das agressões e da continuada ocupação de território angolano seria mesmo a desarticulação do aparelho militar da SWAPO? Essas foram as perguntas que, sem serem expressamente formuladas, o discurso de Samora Machel deixou no ar?

Para Samora Machel, um experimentado líder militar e político de guerrilha, o sucesso da luta de libertação nacional depende do correcto equacionamento dos factores político, militar e diplomático. «É preciso — disse — nunca encarar a guerra como um instrumento de propaganda ou agitação de massas, mas como meio de destruir o aparelho repressivo do inimigo. Para isso, é preciso lutar sempre no interior do país e definir a frente do exterior como complementar, ainda que importante.»

E vai de lembrar que Mondlane, Cabral, Neto e tantos os outros dirigentes dos «cinco» (que citou nome a nome) «abandonaram o conforto das cátedras, dos consultórios, dos gabinetes, para se instalarem na floresta, e não no exílio».

Uma crítica velada aos métodos de actuação de certos movimentos africanos de libertação? O véu que a cobre é bem ténue.

Ainda ao jeito de «enfie-o àquele a quem servir» o presidente moçambicano tece, logo a seguir, um cerrado libelo contra o terrorismo e contra a «noção demagógica e racista de povos ou cores opressoras».

Atingindo indiferentemente inocentes e culpados — disse Machel — o terrorismo põe em causa a justiça, a dignidade, o respeito pela pessoa humana, «que são a essência da luta nacional de libertação. O terrorismo — continuou — não conduz à libertação efectiva do povo e terra, ao cerco, isolamento e aniquilamento do inimigo real» porque «cria medo e não amor e dedicação à causa». A acção terrorista tem como único objectivo as parangonas dos jornais. Trata-se da tal degenerescência da luta armada de libertação em instrumento de propaganda, a que se referira antes.

Para mais, o terrorismo não cria zonas libertadas, definidas por Machel como «escola do exercício do poder, espaço de desenvolvimento de uma alternativa de governo, de cultura e de organização social».

Estava dado o tom para os debates à porta fechada, precedendo somente de algumas horas a cimeira da Linha de Frente, em Arusha, onde tanto o ANC como a SWAPO teriam assento.

Não há dúvidas que se deu o primeiro passo na sequência aberta pelos acordos de Lusaca e Nkomati: a revisão da estratégia da luta de libertação na África Austral. Revisão que deve ir tão fundo, a ponto de interrogar se o «movimento democrático e anti-apartheid na África do Sul», como o chamou Samora Machel, é um movimento de libertação no sentido clássico.

O facto do comunicado final dos «cinco», fugindo, mais uma vez aos falsos pudores a que nos habituámos em África, ter nomeado essa entidade política reconhecida pela ONU por República da África do Sul é, quanto a nós, um indício claro de uma resposta negativa a essa questão.

□

*Jornalista cabo-verdiano

ÁFRICA JORNAL

Lisboa

16. MAI 1984